

A Regulamentação das Atividades de Sensoriamento Remoto no Brasil Associação Brasileira de Direito Aeronáutico e Espacial (SBDA)

Coordenador: Prof. Dr. Fernando Cardozo Fernandes Rei (Universidade Católica de Santos)

Sala: Vênus – 16 de abril – Terça-feira – 9h00 as 10h30

MOTIVAÇÃO: Desde 1973, com o início da recepção do satélite Landsat-1 na estação do INPE em Cuiabá, o Brasil tem sido um protagonista de relevo no cenário internacional na área de sensoriamento remoto orbital. Em decorrência do Programa CBERS, o Brasil se tornou um dos maiores distribuidores de imagens de satélite do mundo. Entretanto, as atividades de sensoriamento remoto orbital não se encontram devidamente amparadas pela legislação nacional, estando equivocadamente inseridas no contexto de atividades de aerolevanteamento, as quais são regidas pelo Decreto nº 2.278, de 17/07/1997. Algumas das disposições desse Decreto são anacrônicas e contrárias aos interesses da sociedade brasileira, vez que as imagens de satélites de sensoriamento remoto são ferramentas imprescindíveis para o controle do desmatamento, monitoramento de focos de queimadas, mapeamento de uso e cobertura da terra, estudos dos processos da hidrosfera e planejamento urbano, dentre outras. Ao que se supõe, o enquadramento irregular das atividades de sensoriamento remoto decorre da ausência de uma legislação geral nacional para disciplinar a realização das atividades espaciais no território brasileiro. O objetivo do evento será discutir a viabilidade da regulamentação das atividades de sensoriamento remoto em âmbito nacional, a exemplo do que já ocorre em outros países.

RESULTADOS ESPERADOS:

1. Apresentação do problema/ da temática à comunidade técnico-científica;
2. Demonstração da importância da sinergia entre as áreas técnico-científica e jurídica para o desenvolvimento das atividades espaciais, notadamente as atividades de sensoriamento remoto; e
3. Elaboração de recomendações às autoridades competentes visando à exclusão da fase especial referida no Decreto nº 2.278/97.

Títulos	Palestrantes	Período
Introdução ao Direito Espacial	Dra. Márcia Alvarenga dos Santos (INPE)	9:00
A Importância do Sensoriamento Remoto para o Desenvolvimento Sustentável do País	Dr. Júlio César Lima d'Alge (INPE)	9:15
Aerolevanteamento e Sensoriamento Remoto: O Equívoco da Legislação Nacional	Dr. Álvaro Fabricio dos Santos (AGU)	9:30
A Regulamentação do Sensoriamento Remoto na Europa	Dra. Ana Cristina Galhego Rosa (Dipteron UG)	9:45
Debate		10:00